

Joaquim Leitão Júnior
Kleber Leandro Toledo Rodrigues
Organizadores

TRATADO CONTEMPORÂNEO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Inteligência Policial

COAUTORES

Araquem Alencar - Danilo Fabiano Carvalho e Oliveira - Eduardo Arcos
Hélio Jorge Paixão - Jeremias dos Santos - Joaquim Leitão Júnior
Jose Antonio da Silva Gomes - Kleber Leandro Toledo Rodrigues
Lênio Augusto Montalvão Costa Carvalho - Leonardo Pires dos Santos
Licurgo Nunes Neto - Marcela Rodrigues de Siqueira Vicente
Marcelo Felisbino Martins - Marcelo Miranda Muniz
Milena Santana de Araújo Lima - Murillo Ribeiro de Lima
Natália Barbosa de Medeiros - Nilton César Boscaro
Odorico Ribeiro de Mendonça e Mesquita - Renato Topan - Rodolfo Bacelar
Romaño Costa - Sabrina Leles de Lima Miranda - Simone Viana Chaves Moreira


Umanos Editora®

Volume

5

Sumário

1- FUSION CENTERS– BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA ESTADUNIDENSE SOBRE COLETA, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INTELIGÊNCIA MULTIAGÊNCIAS



Araquém Alencar Tavares de Lima - Delegado de Polícia Federal. Mestre em Ciências de Defesa e Segurança Hemisférica, pelo Colégio Interamericano de Defesa. Especialista em Inteligência de Segurança Pública, pela Academia Nacional de Polícia. Ex-Superintendente Regional da Polícia Federal nos Estados do Amapá, Acre, Rondônia e Rio Grande do Norte.

- 1.1. Introdução
- 1.2. Do conceito de inteligência e de contrainteligência, do ciclo de inteligência e das formas de emprego da Intel nos EUA
- 1.3. Contexto geral das agências policiais e de inteligência norte-americanas
- 1.4. Falhas dos EUA em prevenir o ataque terrorista de 11/09
- 1.5. Dos *fusion centers*
- 1.6. Considerações

2- POLÍCIA CIVIL E O TRATAMENTO INTELIGENTE DE INFORMAÇÕES COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E DE PREVENÇÃO À PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS



Danilo Fabiano Carvalho e Oliveira - Graduado em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais - Fundação Educacional de Ituiutaba - Instituto de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (2001). Especialista em Direito Penal (curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciências Penais) pela Universidade Anhanguera - UNIDERP (2009-2010), Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil - Instituto de Ciência e Educação de São Paulo (2017). Doutorando pela UFG (Universidade Federal de Goiás) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direito Humanos. Professor titular da disciplina Gestão Pública Contemporânea no curso de Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP) coordenado pela SSP/GO, Professor de Direito Penal na Faculdade Almeida Rodrigues (FAR) de Rio Verde/GO, Professor na Escola Superior da Polícia Civil de Goiás. Coordenador da Pós-Graduação em Segurança Pública e Investigação Criminal (Unirv, campus Rio

Verde/GO). Delegado de Polícia Civil de Classe Especial do Estado de Goiás desde 2004, atuou em várias Delegacias e Grupos (DP de Paranaiguara, 1 DP de Rio Verde, Chefe do Grupo de Homicídios de Rio Verde e Chefe do Grupo de Repressão a Crimes Patrimoniais de Rio Verde). Exerceu (entre 2010 e 2015), na cidade de Rio Verde (GO), a função de Delegado Regional da Polícia Civil. Atuou na gestão da administração da Secretária de Segurança Pública do Estado de Goiás (Goiânia) na função de Superintendente de Inteligência Integrada (2016/2018). Delegado Titular da 8ª Delegacia Regional de Polícia Civil da cidade de Rio Verde/GO.

2.1. Introdução

2.2. Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e a garantia da proteção integral

2.3. Atos infracionais: a importância e políticas públicas eficientes e de ações garantistas por parte do estado, da sociedade e das instituições

2.4. Polícia Civil: o desempenho da instituição nas investigações de atos infracionais

2.5. Inteligência estratégica: o tratamento de informações advindas do desempenho da Polícia Civil como forma de enfrentamento da violência

2.6. Considerações

3-A INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DA VIOLÊNCIA EXTREMA EM AMBIENTE ESCOLAR



Eduardo Santos Arcos - Especialista em Direito Penal e Processo Penal; Delegado de Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, Chefe da Divisão de Inteligência e Coordenador do Núcleo Especializado em Segurança Escolar; Docente na Academia de Polícia Civil do Estado do Espírito Santo e na Escola de Serviço Público do Espírito Santo. E-mail: eduardcos@hotmail.com

3.1. Introdução

3.2. A noção de inteligência policial e sua aplicação à violência escolar

3.3. A evolução da criminalidade e as fontes de inteligência

3.4. Considerações

4 ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS NO TRABALHO POLICIAL



Hélio Jorge Oliveira Paixão - Graduado em Direito (UFBA), pós-graduado em Gestão da Segurança Pública (UNEB) e em Direito Penal e Processual Penal (ESMP/BA), MBA em Segurança Corporativa (Estácio), delegado de Polícia Civil da Bahia, aposentado, veterano da unidade de Operações Especiais (COE), exerceu dentre outras as funções de delegado geral da Polícia Civil da Bahia e de subsecretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. Especializado em Operações Especiais Antissequestro (GAULA/Polícia Nacional da Colômbia), Gerenciamento de Crises (COT/PF) e Negociação (GATE/PMESP), Inteligência Estratégica (CSIE/ESG), Contrainteligência (ESISPERJ), Segurança Orgânica (ESINT/ABIN) e Análise de Riscos (Acadepol/PCERJ), é instrutor do curso de Segurança Orgânica (DIOPI/SENASP). Atuou como coordenador setorial de Inteligência da Operação Olimpíadas Rio-2016 (CGINT/SESSE), chefe da seção de Análise de Inteligência da DINT/SENASP e atualmente é assessor especial de Segurança Institucional da PGR/MPF.

- 4.1. Introdução
- 4.2. Análises de Riscos
 - 4.2.1. ISO 31000 - A ABNT NBR ISO 31000
 - 4.2.2. COSO - *Committee of Sponsoring Organizations* (COSO)
 - 4.2.3. *Orange Book*
 - 4.2.4. O “*The Orange Book Management of Risk - Principles and Concepts*”
(Gerenciamento de Riscos – Princípios e Conceitos)
 - 4.2.5. DNISP
- 4.3. Análise de risco: estrutura de apoio
 - 4.3.1. Conceitos
 - 4.3.2. Etapas do processo de análise de riscos
 - 4.3.3. Estudo de situação
 - 4.3.4. Identificação dos riscos
 - 4.3.5. Estimativa dos riscos
 - 4.3.6. Relatório de Análise de Riscos
- 4.4. Considerações

5- A INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NO POLICIAMENTO ORIENTADO PELA INTELIGÊNCIA

Jeremias dos Santos - Mestre em Segurança Pública - UVV. Especialização em Política e Gestão de Segurança Pública (UFES); Especialização em Ciência Criminal pela Universidade do Amazonas (UNAMA-LFG); Graduado em Direito pela (UVV-2000). Formado em Inteligência Estratégica pela ESG (RJ) e Curso de Política, Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Pública pela ESG (Campus Brasília) /SENASP. Delegado de Polícia - PCES, atua na área de segurança pública, com ênfase em Inteligência de Segurança Pública, gestão integrada, Planejamento e Gestão de Projetos, ministrando as disciplinas para profissionais da segurança pública. Atualmente Assessor de Planejamento, Projetos e Modernização da Gestão. Já atuou como Diretor de Ações Estratégicas do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES (2026-2018); no Centro de Comando e Controle Nacional (CICCN) da Secretaria de Operações Integradas SEOP do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (2018-2019), atual como colaborador SENASP Centro de Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro nos Jogos Paralímpicos (2016); atuou como Chefe da Inteligência da PCES (2011-2016). Coautor de livros: “Tratado de Inteligência Aplicada à Investigação Criminal. 1ª ed.” (Capítulo Análise Telemática como Técnica Acessória na Produção do Conhecimento e da Prova: Contribuições para a investigação policial); Livro “Segurança pública: Informação, justiça, conflitos e cidadania. 1ª ed.- V. 6 (Capítulo: Interceptação Telefônica para Investigação Criminal e a Inteligência Estratégica); Livro - “Sociedade, cidadania e violência na contemporaneidade. 1ª ed. V. 5 (Capítulo: A Análise Criminal e o Planejamento Estratégico



na Polícia Civil); Livro - Perspectivas em Segurança Pública, Coleção Segurança Pública. 1ª ed. V. 1 (Capítulo - Valores na sociedade contemporânea e o valor moral da vida e da reputação: uma reflexão acerca do crime de homicídio entre a população jovem valores na sociedade contemporânea e o valor moral da vida e da reputação - uma reflexão acerca do crime de homicídio entre a população jovem).

5.1. Introdução

5.2. Inteligência estratégica de polícia judiciária e o policiamento orientado pela inteligência

5.3. Considerações

6-A INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO NAS INVESTIGAÇÕES/REPRESSÕES CRIMINAIS QUALIFICADAS

Aspectos práticos da inteligência policial como suporte nas investigações policiais, mormente frente as investigações/repressões qualificadas



Joaquim Leitão Júnior - Delegado de Polícia no Estado de Mato Grosso. Lotado também no Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO) da unidade desconcentrada de Barra do Garças. Pós-graduado em Ciências Penais pela rede de ensino Luiz Flávio Gomes (LFG) em parceria com Universidade de Santa Catarina (UNISUL). Pós-graduado em Gestão Municipal pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e pela Universidade Aberta do Brasil. Curso de Extensão pela Universidade de São Paulo (USP) de Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas. Colunista do site Justiça e Polícia, coautor de obras jurídicas e autor de artigos jurídicos. Ex-Diretor Adjunto da Academia da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso. Ex-Assessor Institucional da Polícia Civil de Mato Grosso. Ex-assessor do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

6.1. Introdução

6.2. Ações de inteligência policial

6.3. Operações de inteligência policial

6.4. Diferenças entre a inteligência policial judiciária e as investigações policiais

6.5. A inteligência como ferramenta na gestão das investigações pela autoridade policial

6.6. Aspectos práticos da inteligência policial como suporte nas investigações policiais

6.7. Considerações

7-SEGURANÇA ORGÂNICA E CONTRAMEDIDAS DE TUTELA DOS PROCEDIMENTOS POLICIAIS.



José Antônio da Silva Gomes - Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Mato Grosso (2005). Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia (2013). Especialista em Direito Administrativo e Constitucional pela CEPEX/MT e em Direito Penal pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Atualmente é Delegado de Polícia no Estado do Tocantins. Atuou como Supervisor de Inteligência da Superintendência de Inteligência e Estratégia da Secretaria de Segurança Pública/TO. Coordenador do Centro Integrado de Inteligência de

Segurança Pública da Região Centro-Oeste - CIISPR-CO, 2021/2022. Aprovado do XI Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - FGV (2013/2). Foi escrivão de polícia na PJC/MT (2002/2018). Participou em diversos cursos, dentre os quais Inteligência Financeira, Inteligência Cibernética, Curso de Introdução a Atividade de Inteligência (CIAI), Curso de Metodologia de Produção de Conhecimento (CMPC), Crimes Cibernéticos, Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial, Polícia Comunitária, Gerenciamento de Crises, Rastreamento de Armas de fogo, Análise Criminal, Integração das Normas Internacionais de Direitos Humanos na Área de Segurança Pública e Combate à Lavagem de Dinheiro.

- 7.1. Introdução
- 7.2. Inteligência de estado ou inteligência clássica
- 7.3. Inteligência de segurança pública
- 7.4. Inteligência policial e investigação criminal
- 7.5. Da segurança orgânica e contramedidas em espécie
- 7.6. Considerações

8- O PROJETO DE LEI Nº 2.310/2022 E A IMPRESCINDÍVEL DISTINÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



Kleber Leandro Toledo Rodrigues - Delegado de Polícia em Goiás desde 2004, já atuou em delegacias de polícia do interior e da capital, inclusive em especializadas. Coordenou o Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Polícia Civil e foi Assessor na Superintendência de Polícia Judiciária. Atuou na Gerência de Inteligência Estratégica da Superintendência de Inteligência Integrada da SSP-GO. Atualmente é Delegado Titular da 4ª Delegacia Regional de Polícia sediada em Goiás-GO e coordena os Grupos de Investigação de Homicídios e de Repressão a Narcóticos da 4ª Delegacia Regional de Polícia. Professor da Escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás, mentor da KDJ Mentoria, palestrante e professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

- 8.1. Introdução
- 8.2. Distinções entre a atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) e investigação criminal
 - 8.2.1. Considerações sobre a atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP)
 - 8.2.2. Considerações sobre a investigação criminal
- 8.3. A observância à cadeia de custódia da prova na persecução penal como premissa do devido processo legal e, por consequência, da dignidade humana e do estado democrático de direito
- 8.4. Considerações

9- A INTELIGÊNCIA FINANCEIRA NO ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE ORGANIZADA



Lênio Augusto Montalvão Costa Carvalho - Delegado de Polícia Civil do Estado de Sergipe há 16 anos, exercendo a função de Diretor Adjunto da Divisão de Inteligência e Planejamento Policial – DIPOL desde 2018. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (2006) e Gestão Financeira pela Universidade Estácio de Sá (2021). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia (2022); Investigação, Constituição e Direito de Defesa pela Universidade Anhanguera - Uniderp (2011); e Ciências Penais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2008). E-mail: lenio.carvalho@pc.se.gov.br.

- 9.1. Introdução
- 9.2. As organizações criminosas
- 9.3. A lavagem de dinheiro
- 9.4. O Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi) e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)
- 9.5. A inteligência financeira e o combate ao crime organizado
- 9.6. Considerações

10-INTELIGÊNCIA E O ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS OBTIDOS POR MEIOS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO PELA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA



Leonardo Pires dos Santos - Formado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Delegado de Polícia Federal, atualmente lotado na Delegacia de Polícia Federal em Pelotas/RS. Já foi lotado nas Delegacias de Polícia Federal em Eritaciolândia/AC, Jaguarão/RS e Rio Grande/RS. Pós-graduado em Direito Penal, pelo Instituto Damásio de Direito, e em Inteligência de Segurança Pública pela Coordenação Escola Superior da Academia Nacional de Polícia (ANP) da Polícia Federal.

- 10.1. Introdução
- 10.2. A regulamentação estatal de meios investigativos especiais *versus* a desregulamentação da atividade de inteligência frente ao crime organizado
- 10.3. A Dnisp e as ações de busca que demandam prévia autorização judicial: ações de inteligência policial judiciária ou instrumentos típicos de investigação criminal?

10.4. Da utilização do produto obtido com os meios investigativos especiais pela atividade de inteligência como reforço do combate ao crime organizado

10.5. Considerações

11- GESTÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA: REFLEXÕES DOUTRINÁRIAS, JURISPRUDENCIAIS E PRÁTICAS



Licurgo Nunes Neto - Delegado de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, atualmente Diretor de Inteligência Policial. Graduado em Direito (2004) e Engenharia Elétrica - Telecomunicações (1995) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-graduado em Gestão de Segurança Pública pela Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (2021). Pós-graduado em Inteligência de Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia (2023). Docente na Academia de Polícia Civil do RN nas disciplinas de inteligência policial. Atuou como Policial Rodoviário Federal e como Engenheiro de Telecomunicações nos Correios e na Empresa de Telecomunicações do Rio Grande do Norte. Coautor de obra na temática de inteligência e investigação criminal. Condecorado pelo Exército Brasileiro com a Medalha do Pacificador e com a Ordem do Mérito Militar - Grau de Cavaleiro; pela Polícia Civil do RN, com a Medalha do Mérito Policial Civil; e pela Polícia Militar do RN, com a Medalha do Mérito Policial Luiz Gonzaga. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3579542781052206>.

11.1. Introdução

11.2. Breves considerações doutrinárias

11.3. Operações de inteligência e investigação criminal

11.4. As operações de inteligência no âmbito dos tribunais

11.5. Boas práticas de gestão operacional

11.6. Considerações

12- IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL



Marcela Rodrigues de Siqueira Vicente - Delegada Federal e atualmente Superintendente Regional da Polícia Federal em Goiás. Graduada em Direito pela UFG/GO, possui especialização/Pós-Graduação em Direito Processual: Grandes Transformações-UNAMA e Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento, no IDP. Goiás. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5818956359129113>

13- O CONTEXTO HISTÓRICO DO CAMINHO PERCORRIDO PELA INTELIGÊNCIA POLICIAL JUDICIÁRIA, A PARTIR DA LEI Nº 9.034 DE 3 DE MAIO DE 1995



Marcelo Felisbino Martins Delegado de Polícia do MT, matrícula nº 71622. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis, Pós-graduado em Gestão de Segurança Pública e Pós-graduado em Administração com Ênfase em Inteligência de Segurança Pública ambas pela Universidade Federal de Mato Grosso, possui ainda dentre outros os seguintes cursos: Curso Superior de Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra - ESG, Curso de Análise de Inteligência Policial para Profissionais de Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia - DPF e Ciclo de Estudos de Procedimentos Básicos de Inteligência pela Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Diretor de Inteligência da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso no período de 03/2012 a 01/2015. Professor da Academia de Polícia Judiciária Civil-MT na cadeira de Inteligência Policial. Professor convidado em vários cursos de Pós-graduação. Professor de História da Inteligência em várias edições do Curso de Inteligência Cibernética - SENASP/MJ. Participou da 2ª fase de revisão da 4ª edição da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública - SENASP/MJ. Atuou como colaborador junto a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ.

13.1. Introdução

13.2. Síntese evolutiva

13.4. Distinção da inteligência policial judiciária frente a inteligência clássica

13.5. Considerações

14- A INTELIGÊNCIA DAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS E A SUA IMPORTÂNCIA NA ELABORAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA



Marcelo Miranda Muniz Delegado de Polícia Civil do Estado do Mato Grosso. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Marília (UNIVEM). Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade de Direito de Marília - (UNIVEM); Gestão em Segurança Pública - Curso Superior de Polícia pela Escola de Governo de Mato Grosso; e Inteligência Estratégica - Curso Superior de Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG). Atualmente é servidor mobilizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública desde o ano de 2021, tendo coordenado por dois anos o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Regional Sul da Coordenação Geral de Inteligência da Diretoria Integrada de Operações e de Inteligência da SENASP/MJSP e, atualmente, coordena a Área de Gestão Estratégica, Integração e Inovação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública da Coordenação Geral de Inteligência da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da SENASP/MJSP.

- 14.1. Introdução
- 14.2. Políticas públicas e políticas de segurança pública
- 14.3. Sistema único de segurança pública
- 14.4. Inteligência e atividade de inteligência
- 14.5. Inteligência de segurança pública e inteligência policial
- 14.6. Inteligência policial e investigação policial
- 14.7. Emprego das agências de inteligência nas polícias judiciárias
- 14.8. Assessoramento estratégico, tático e operacional
- 14.9. Fluxo da difusão do conhecimento
- 14.10. Considerações

15- HACKING GOVERNAMENTAL APLICADO ÀS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



Milena Santana de Araújo Lima - Delegada de Polícia, com atuação especializada na atividade de inteligência, combate às defraudações e crimes em ambientes virtuais. Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes, pós-graduada pela Universidade do Sul de Santa Catarina em Direito Processual e Especialização em Cybercrime e Cybersecurity: Prevenção e Investigação de Crimes Digitais, pela Unyleya, Curso de Política, Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Pública, pela Escola Superior de Guerra, Curso de Formação de Formadores pela Escola da Magistratura Tocantinense, MBA Executivo em Segurança Cibernética, também pela Unyleya e especialização em Curso Superior de Polícia - CSP/2022 PMTO, pela Academia Policial Militar Tiradentes, APMT, em parceria com a Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. Atuou como professora da matéria de Crimes Cibernéticos na Escola da Magistratura Tocantinense, Academia de Polícia Civil de Tocantins e Escola Superior da Polícia Civil do Tocantins. Coautora de obras sobre investigação criminal e inteligência policial.

- 15.1. Introdução
- 15.2. *Hacking* governamental: perspectivas e realidades

16- A INTEGRAÇÃO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO



Murillo Ribeiro de Lima - Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais desde 2013. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ). Mestre e Doutorando em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Coordenador da Pós-graduação em Segurança Pública e Polícia Judiciária da Faculdade Supremo (MG). Coordenador da Pós-graduação em Criminologia da Faculdade Supremo (MG). Professor de Inteligência Policial, Direito Penal, Legislação Penal Especial e Criminologia. Ex-titular da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO). Atual Superintendente de Inteligência e Integração da Informação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP/MG). Presidente do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Seisp/MG). Gestor Estadual de Inteligência do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CONSINESP/MJSP). Membro do Comitê de aperfeiçoamento do SISBAJUD e de mecanismos de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Conselheiro do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais (2023-2026). Possui cursos e estágios em instituições nacionais e internacionais, como o Centro de Inteligência do Exército, a Agência Brasileira de Inteligência e a *Drug Enforcement Administration* (DEA/EUA). Palestrante e pesquisador na área de criminologia, inteligência policial, combate à corrupção e ao crime organizado.

16.1. Introdução

16.2. A cooperação entre as instituições

16.3. O uso da inteligência para a repressão ao crime organizado

16.4. A inteligência de segurança pública

16.4.1. O Seisp/MG

16.5. Considerações

17- A UTILIZAÇÃO DE FONTES HUMANAS NA OBTENÇÃO DO DADO NEGADO



Natália Barbosa de Medeiros - Delegada de Polícia Civil de Pernambuco. Atualmente exerce a função de Gerente do Centro Integrado de Inteligência de Defesa Social. Atua na área de Inteligência de Segurança Pública há 11 anos. Foi Chefe do Núcleo de Inteligência do Departamento de Repressão ao Narcotráfico e Coordenadora Adjunta da Diretoria de Inteligência da PCPE. Formada em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Possui cursos na área de Recrutamento e Gestão de Fontes Humanas. Professora da disciplina Recrutamento Operacional no Curso de Inteligência de Segurança Pública (CISP).

17.1. Introdução

17.2. Aspectos práticos do recrutamento e gestão de fontes humanas

17.3. Orientações para o desligamento de fontes humanas

18- A (DES)NECESSIDADE DE LEGISLAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA



Nilton César Boscaro - Delegado de Polícia Civil do estado do Acre. Graduado em Direito pela Universidade Bandeirantes (Uniban). Pós-Graduado em Direito do Estado pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Pós-Graduado em Direito de Polícia Judiciária pela Academia Nacional de Polícia (ANP) do Departamento de Polícia Federal (DPF). Pós-Graduado em Inteligência Policial e Segurança Pública pela Escola Superior de Direito Policial/Faculdade Cristã da Amazônia (ESDP/FCA). Delegado de Polícia Civil dos municípios de Brasília /AC e Assis Brasil /AC. Delegado Coordenador da Regional do Alto Acre. Delegado Coordenador da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Rio Branco /AC. Delegado Titular da Delegacia Especializada de Combate ao Crime Organizado (Decco). Delegado Diretor do Departamento de Polícia da Capital e do Interior (DPCI). Delegado Plantonista da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA). Delegado Coordenador da 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Rio Branco (AC). Atual Delegado Diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Civil do estado do Acre.

- 18.1. A importância da atividade de inteligência de polícia judiciária
- 18.2. A necessidade de legislação para a atividade de inteligência de polícia judiciária
- 18.3. A importância de legislação para a atividade de inteligência de polícia judiciária
- 18.4. Preconceito sobre a atividade de inteligência
- 18.5. Legislação brasileira incipiente
- 18.6. Considerações

19- INTELIGÊNCIA POLICIAL JUDICIÁRIA: INTEGRAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E REDE NACIONAL INTERAGÊNCIAS



Odorico Ribeiro de Mendonça e Mesquita - Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos - FDMC. Brasil (2001). Delegado de Polícia Civil. Polícia Civil de Mato Grosso do Sul - PCMS. 2006 - Atual. Especialização em Ciências Penais. Universidade Anhanguera - Uniderp, UNIDERP, Campo Grande, Brasil. Teoria da Imputação Objetiva: elemento normativo do tipo e oportunidade da sua aplicação. 2010. Assessor de Inteligência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul -TJMS. 2013 - 2015. Professor Titular das disciplinas de Inteligência Policial e Lei 9.296/96, na Academia de Polícia Civil Júlio César da Fonte Nogueira - ACADEPOL/PCMS. 2018 - Coordenador de Inteligência do Departamento de Inteligência da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. 2018 - 2022. Diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul - DIP/PCMS. 2022 - Capacitações: Instrução de Nivelamento de Conhecimento do PEFRON - SENASP/MJ; Curso de Introdução à Atividade de Inteligência - CGI/SENASP/MJ; 14º Curso de Operações de Inteligência - DINT/SENASP/MJ; 12º Curso de Segurança Orgânica - DINT/SENASP/MJ; *Transnational and Organized Crime Investigations Course* - FBI & DINT/SENASP; Curso da Metodologia da Produção do Conhecimento - DEPEN/MJSP; E-mail: mesquita.ormm@pc.ms.gov.br.

20- A ESTRATÉGIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO



Renato Topan - Mestre em Direito PUC-SP, professor de criminologia da Academia de Polícia de São Paulo, professor universitário. Foi coordenador do Centro Integrado de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - CIISP-SP. Foi coordenador geral do Centro Integrado de Comando e Controle de São Paulo - CICC-SP. Delegado de Polícia de São Paulo

- 20.1. Introdução
- 20.2. A atividade de polícia investigativa
- 20.3. A produção de provas na fase de investigação policial
- 20.4. Técnicas investigativas em geral
- 20.5. Metodologia para o enfrentamento das organizações criminosas

21- PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA INTELIGÊNCIA FINANCEIRA NA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO DECORRENTE DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS



Rodolfo de Araújo Bacelar - Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2005). Pós-Graduado em Direito Público pela Faculdade Maurício de Nassau (ESBJ, 2008). Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera (UNIDERP, 2013). Pós-Graduado em Compliance Público-Privado, Integridade Corporativa e Repressão à Corrupção pela Faculdade CERS (CERS, 2021). Delegado de Polícia Civil de Pernambuco desde 2008, tendo atuado como titular do Núcleo de Inteligência do Agreste, Delegacia de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado e, atualmente, é Assessor do Departamento de Repressão ao Narcotráfico. Instrutor Titular das disciplinas Conceitos e Fundamentos das Operações de Inteligência e Vigilância Operacional no 27º Curso de Inteligência de Segurança Pública (CISP - RECIFE/PE).

- 21.1. Introdução
- 21.2. Tóxicos: a problemática das drogas
- 21.3. Lavagem de dinheiro: a problemática do branqueamento de capitais
- 21.4. Inteligência financeira
 - 21.4.1. Ciclo de produção do conhecimento financeiro
 - 21.4.2. O uso dos relatórios de inteligência financeira nos inquéritos policiais
- 21.5. Considerações

22- ILHAS INFORMACIONAIS E GESTÃO DE CONHECIMENTO DA INTELIGÊNCIA POLICIAL JUDICIÁRIA



Romano Costa - Delegado de Polícia Civil. Mestre em Ciências Policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa /Portugal (2015). Curso de Altos Estudos em Política e Estratégica da Escola Superior de Guerra/MD/RJ/2009. Curso de Especialização em Política e Estratégica pelo Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro/2009. Integrante do Grupo de Trabalho do MJ/SENASP (2005-2006) que elaborou Doutrina de Inteligência de Segurança Pública/DNISP; Coordenador do Grupo de Trabalho do MJ/SENASP (2013) que revisou a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública/DNISP. Coautoria na produção do livro: Inteligência de Segurança Pública, teoria e prática no controle da criminalidade - Niterói, RJ; Impetus: Série Inteligência, Segurança e Direito, 2013. Autor do livro “Inteligência Policial Judiciária: Os limites doutrinários e legais na assessoria eficaz à repressão ao crime organizado”. Rio de Janeiro: Brasport. 2019. Ex-gestor do Centro de Inteligência de Defesa Social da Secretaria de Defesa Social de PE (2007-2012).

Ex-Subchefe de Polícia Civil (2012-2014). Ex-Coordenador Geral de Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos/MJ (2016) e Ex-Coordenador Geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJSP (2017-2018).

- 22.1. Introdução
- 22.2. Organizações criminosas e inteligências policial judiciária
- 22.3. Interação de dados e conhecimentos
- 22.4. Ilhas informacionais e gestão do conhecimento
- 22.5. Considerações

23- DA IMPORTÂNCIA DE ESTRUTURAÇÃO DE EQUIPE PARA ACESSORAMENTO EM INVESTIGAÇÕES CIBERNÉTICAS, DENTRO DA COMPOSIÇÃO DO SETOR DE INTELIGÊNCIA NA POLÍCIA JUDICIÁRIA



Sabrina Leles de Lima Miranda - Delegada de Polícia Civil do Estado de Goiás, Chefe da Divisão de Inteligência Institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Professora da Escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás, Especialista em Inteligência de Segurança Pública, Coautora dos livros: “Tratado de Inteligência Aplicada à Investigação Criminal”; “Tratado Contemporâneo de Polícia Judiciária - Mulheres Delegadas - Volume 3” e “Pedofilia - Novos Desafios - doutrina e prática (A visão do Delegado de Polícia)”.

- 23.1. A atividade de inteligência policial judiciária no assessoramento das investigações policiais, como forma de concretamente e diretamente auxiliar a atividade fim
- 23.2. A importância da existência de uma equipe policial civil com conhecimento e expertise na investigação de cyber delitos na composição da inteligência da polícia judiciária
- 23.3. Considerações

24 AS AÇÕES DE BUSCA DA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO FERRAMENTAS ÚTEIS À INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



Simone Viana Chaves Moreira - Delegada de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul desde 2010. Possui graduação em Direito pela Universidade da Região da Campanha - URCAMP (2008); Pós-graduação *latu sensu* em Direito Público pela Escola Superior do Ministério Público (2013); especialização em Inteligência de Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia Federal (2022); É mestranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Participa do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Gestão para Sustentabilidade da UFSC; Possui diversos cursos na área de Inteligência, Contrainteligência e Operações de Inteligência. É professora da Academia da Polícia Civil - ACADEPOL/RS na disciplina de Inteligência Policial e no Ministério da Justiça e Segurança Pública no Curso de Segurança Orgânica. Atualmente é Diretora do Departamento de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DISP/SSP).

- 24.1. Introdução
- 24.2. A inteligência de segurança pública
- 24.3. Operações de inteligência e ações de busca
 - 24.3.1. Reconhecimento
 - 24.3.2. Vigilância
 - 24.3.3. Recrutamento operacional
 - 24.3.4. Infiltração policial
 - 24.3.5. Desinformação
 - 24.3.6. Provocação
 - 24.3.7. Entrevista
 - 24.3.8. Entrada
 - 24.3.9. Intercepção de sinais e de dados
- 24.4. Inteligência policial x investigação criminal
- 24.5. Considerações



Site: www.umanoseditora.com.br



Instagram
Umanos Editora

Conheça mais sobre a Umanos Editora. Basta posicionar a câmera do celular sobre cada QR Code acima.

Click aqui: <https://umanoseditora.com.br/produto/pre-venda-tratado-contemporaneo-de-policia-judiciaria-vol-05/>



TRATADO CONTEMPORÂNEO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Inteligência Policial